

Terça-feira da 9ª semana do Tempo Comum

Evangelho (Mc 12,13-17): Então, mandaram alguns fariseus e partidários de Herodes (...). Logo que chegaram, disseram-lhe: «Mestre (...), diz-nos: é permitido ou não pagar imposto a César? Devemos dá-lo ou não?». Ele (...) respondeu: «Trazei-me a moeda do imposto para eu ver». Trouxeram-lhe uma moeda. Ele perguntou: «De quem é esta figura e a inscrição?». Responderam: «De César». Então, Jesus disse: «Devolvei, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus» (...).

O Estado político: legitimação e limites

REDAÇÃO evangeli.net (elaborado com base nos textos de Bento XVI)

(Città del Vaticano, Vaticano)

Hoje, Jesus responde aos fariseus que, se o imperador romano é garante do Direito, então pode exigir obediência. Porém, este âmbito de obediência fica —ao mesmo tempo— reduzido: Está o que é do “césar” e está o que é de Deus. Quando o “césar” se erige em Deus, excede seus limites e, obedecer-lhe equivaleria a renegar de Deus.

Se, se consideram estas correlações, descobrimos uma concepção do Estado muito sóbria: na medida em que garanta a paz e o Direito, ditas correlações correspondem a uma disposição divina (uma sorte de ordenamento criatural). Há de respeitar ao Estado justamente no seu caráter profano; sua necessidade surge a partir da essência do homem como “animal sociale et politicum”. Ao mesmo tempo existe uma delimitação do Estado: Tem seu âmbito, que não pode ultrapassar; deve respeitar o mais alto “Direito de Deus”.

—“Ao Senhor somente adoraras”. A negativa a adorar ao imperador e, em geral, a negativa ao culto do Estado, no fundo, é simplesmente a rejeição ao Estado totalitário.